
Editorial

Com o presente número, o periódico eletrônico do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina está caminhando para o seu 16º ano de existência, dos quais 13 publicados no formato eletrônico, sendo um pioneiro nesta modalidade de publicação. E continuando essa trajetória, após a apresentação de um número temático, Serviço Social em Revista retoma sua tradição em publicar artigos variados sobre o abrangente leque de discussões que envolvem as políticas sociais brasileiras.

O primeiro grande conjunto de artigos coloca em evidência as questões de um dos campos mais significativos da política social, a saúde pública. São produções acadêmicas, contribuições reflexivas e críticas, que articulam saberes de professores e profissionais envolvidos na execução da política de saúde em todo o país.

As discussões estão todas voltadas para a esfera da gestão da política de saúde, transitam por vários de seus aspectos. Se fosse possível sugerir um roteiro de leitura desses textos, o início se daria pela questão do financiamento da política de saúde, apresentado a partir de um instigante artigo que relaciona a política neodesenvolvimentista com o processo de privatização da saúde, inclusive nos níveis de gestão da política. Neste caminho, o leitor é apresentado à realidade dos limites impostos por esse modelo privatizado, através de um artigo sobre a superlotação das maternidades públicas no Estado de Pernambuco.

Continuando, encontrará dois artigos mostrando que, nem tudo foi retrocesso desde a promulgação da Lei 8080. Eles apresentam, em uma perspectiva histórica, como a política de saúde avançou ao longo do tempo. Um dos artigos trata das mudanças de concepção acerca do conceito de território e os avanços construídos na compreensão do que deve ser o trabalho na saúde organizado a partir desse ponto de vista. O outro artigo aponta para a importância dos movimentos de luta da população, que organizada, consegue alterar o sentido da política de saúde mental, buscando estabelecer um modelo de atenção que se coloque numa perspectiva de resistência aos interesses capitalistas.

Um segundo grupo de artigos discute a política de assistência social indicando ao leitor elementos para uma crítica de aspectos dessa política que podem estar incorporando elementos da política neoliberal imposta desde década de 1980, principalmente. Um primeiro artigo problematiza a chamada matricialidade sociofamiliar, refletindo sobre o tensionamento entre dois modelos de incorporação da família na política de assistência social: um que a coloca no patamar de responsável pela proteção de seus membros, e outro que a considera objeto da proteção social. O artigo busca estabelecer as consequências dos modelos para o trabalho social.

Outro artigo discute a política de assistência social abordando a delicada relação entre público e privado nessa área da política social. A partir de dados oficiais as autoras elaboram uma reflexão crítica sobre o financiamento público de serviços ofertados pela rede privada, e as contradições resultantes desse modelo de funcionamento da política de assistência social no Brasil.

A partir daí, o leitor encontrará um conjunto de temáticas bem diversa, transitando por discussões sobre a política de educação no contexto do neoliberalismo, passar por uma reflexão sobre a relação entre Estado e sociedade civil a partir de uma experiência com conselhos de direitos da área da infância e adolescência, e enveredar por uma reflexão acerca da emancipação humana e de sua relação com o mundo do trabalho.

Completam este volume, duas importantes reflexões sobre a intervenção profissional na área das políticas sociais. Um deles trata de relacionar o fazer profissional do assistente social, com a necessidade de sistematização da prática em consonância com a ética profissional. O outro é um relato de experiência profissional na área das penas e medidas alternativas.

Destaca-se o esforço dos autores para compreender as políticas sociais a partir de uma perspectiva crítica, e refletir sobre o desenvolvimento de alternativas de intervenção no sentido de sua ampliação para a garantia dos direitos sociais.

Os editores.